



A Revolução Russa

Maurice Brinton

Propor um ponto de vista novo sobre aquilo que se passou na Rússia em 1917 e depois, significa quase sempre correr o risco de ser muito mal compreendido. Se, além disso, as questões levantadas e a metodologia sugerida diferem das que atualmente circulam, já não estamos então perante um risco a correr, mas perante uma certeza. Não é a primeira vez que tivemos ocasião de assinalar que a representação sistematicamente deformada dos fatos é uma espécie de modo de vida para a esquerda tradicional, e que nada é mais penoso para esta do que uma ideia nova.

Durante os últimos cinquenta anos, todas as organizações existentes da esquerda elaboraram uma verdadeira mitologia (e uma antimitologia igualmente suspeita) a respeito da revolução russa. Os socialdemocratas, fetichistas do parlamentarismo, consideram que “o fracasso do bolchevismo” reside na sua “prática antidemocrática”. O pecado original, para eles, foi a dissolução da Assembleia Constituinte. O pretenso movimento “comunista” (stalinistas, trotskistas, maoístas, etc.) fala com orgulho filial da “Gloriosa Revolução Socialista de Outubro”. Procuram todos elogiar e popularizar as suas primeiras conquistas, apesar de terem opiniões divergentes sobre o que depois aconteceu – quando, porquê e a quem. Para numerosos anarquistas, o fato de que o Estado, ou o “poder político” não tivesse sido imediatamente “abolido” prova, de modo suficiente e irrefutável, que nada aconteceu de realmente importante¹. O

¹ Pode encontrar-se um exemplo desse gênero de análise simplificada do destino da revolução russa no livro de Voline, *La Révolution inconnue* [Edição brasileira: VOLINE. *A Revolução desconhecida*. Vol. 1. São Paulo: Global, 1980 – Nota RMA], Paris, 1947, reed. P. Belfond, Paris, 1970. “O partido bolchevique, uma vez no poder, transformou-se em senhor absoluto. A corrupção atingiu-o rapidamente. Organizou-se a si mesmo como casta privilegiada. E mais tarde, esmagou e submeteu a classe operária para explorá-la, sob novas formas, e de acordo com os seus interesses particulares”.



SPGB² extrai mais ou menos a mesma conclusão, mas atribui-a ao fato de não ter sido abolido o salariato, não tendo a maioria da população russa tido o privilégio de conhecer o ponto de vista do SPGB (tal como era expresso por porta-vozes devidamente mandados pelo seu Comitê Executivo) e não tendo por isso procurado conquistar uma maioria parlamentar no seio das instituições russas então existentes.

De todos os lados, todos procuram utilizar a Revolução Russa em função da sua própria propaganda, retendo dela apenas os aspectos que parecem conciliar-se com determinada análise particular da história, ou com uma perspectiva particular para o presente. Tudo o que era novo, tudo o que parecia contradizer as teorias do momento ou destruir categorias bem estabelecidas, foi sistematicamente “esquecido”, minimizado, deformado, negado.

Qualquer tentativa de reavaliação da experiência crucial de 1917-1921 está condenada a suscitar oposições. Os primeiros a reagir serão os “apparatchiks” que, durante anos, se esforçaram por proteger as organizações “revolucionárias” (e a ideologia “revolucionária”) contra a dupla ameaça da subversão e da renovação. No entanto, surgirão resistências também no espírito de muitos militantes honestos, que buscam a via da verdadeira política revolucionária. Não se trata aqui de uma simples resistência psicológica, mas de fenômenos muito mais profundos e não basta evocar a função reacionária e a influência das “instâncias dirigentes” para explicá-los de modo satisfatório. Se é difícil para o militante médio perceber plenamente o que estava em jogo em alguns dos problemas que surgiram nos primeiros momentos da Revolução Russa, é porque esses problemas contam-se entre os mais difíceis e os mais importantes (senão mesmo os mais difíceis e os mais importantes) a que a classe operária jamais se viu confrontada. A classe operária fez uma revolução que foi além de uma simples mudança de pessoal político na cúpula. Ela foi capaz de expropriar os antigos

² Partido Socialista da Grã-Bretanha. Trata-se de fato, apesar desse nome, de uma pequena organização derivada de uma das primeiras organizações socialistas inglesas do fim do século 19, que tem pouco de comum com as grandes organizações socialdemocratas do continente.



proprietários dos meios de produção (modificando dessa forma profundamente as relações de propriedade). Mas até que ponto foi ela capaz de – ou estava ela disposta a – transformar de modo revolucionário as relações de produção? Procurou ela destruir a estrutura de autoridade que as relações de produção mantêm e perpetuam em todas as sociedades de classes? Até que ponto estava disposta a gerir ela própria a produção (e, portanto a sociedade no seu conjunto) ou até que ponto tendia ela antes a delegar a outros essa tarefa? E até que ponto a ideologia dominante triunfou, pressionando a classe operária a substituir os seus inimigos confessos por um partido que declarava falar “em seu nome”?

Responder a essas interrogações é uma tarefa importante, mas difícil. Um dos perigos que ameaça quem procure analisar sem preconceito o “período heroico da Revolução russa” é o da “identificação retrospectiva” com esta ou aquela tendência ou indivíduo que atuava na cena política (Osinsky, Kollontai, Maximov, Makhno ou Miasnikov, por exemplo). Isso é um passatempo político sem interesse, no qual depressa os revolucionários se surpreendem a formular este gênero de interrogações: “Que deveria fazer-se neste ou naquele momento?”; “esta ou aquela ação seria prematura?”; “quem tinha razão neste ou naquele Congresso?”; em vez de procurar compreender o curso dos acontecimentos nas suas grandes linhas (pesquisa essa, sim, provida de sentido). Temos esperança de ter conseguido evitar esse percalço. Quando, por exemplo, estudamos a luta da Oposição Operária contra os dirigentes do Partido (em 1920 e em 1921), para nós não se trata de “tomar partido”. Trata-se de compreender o que representavam realmente as forças em conflito e quais eram, por exemplo, as motivações (e os limites ideológicos e outros) daqueles que pareciam opor-se à tendência para a burocratização de todos os aspectos da vida social. Outro perigo (ou o mesmo, sob outro aspecto) ameaça aquelas que se aventuram pela primeira vez nesse terreno, e que não conseguem escapar à mitologia oficial: permanecer prisioneiros da lenda mesma que procuram destruir. Aqueles, por exemplo, que procuram “demolir”



Stalin (ou Trotsky, ou Lenin) podem realizar com êxito o seu objetivo imediato. Mas pode acontecer que eles “tenham êxito” com a condição de não discernir, nem mencionar, os traços mais fundamentalmente novos deste período: a ação autônoma da classe operária em busca de transformar totalmente as condições da sua existência. Esperamos também ter evitado essa armadilha. Se citamos demoradamente as declarações de certas personalidades foi apenas na medida em que resumem bastante bem as ideologias que, num dado momento da história, orientavam as ações e os pensamentos dos homens. Ao longo desta narrativa, sentimos que a única maneira de tratar seriamente aquilo que diziam ou faziam os bolcheviques era explicar a função que socialmente desempenharam as suas declarações e os seus atos.

Tentemos agora expor as nossas próprias premissas metodológicas. Acreditamos que as “relações de produção” – as relações que se estabelecem entre as pessoas ou os grupos no processo da produção dos bens – são os fundamentos essenciais de qualquer sociedade. Um determinado tipo de relações de produção é o denominador comum de todas as sociedades de classes. É aquele no qual o produtor não domina os meios de produção, mas é, pelo contrário, simultaneamente “separado deles” e dos produtos do seu trabalho. Em todas as sociedades de classes, os produtores estão subordinados aos que dirigem o processo de produção. A gestão operária da produção – que implica o total domínio dos produtores sobre o processo de produção – não é para nós uma questão secundária. É o próprio núcleo da nossa política. É o único meio que permite superar as relações autoritárias (dirigentes-executantes) na produção e criar uma sociedade livre, comunista ou anarquista.

Acreditamos também que os meios de produção podem passar para outras mãos (por exemplo, para as de uma burocracia que se apropria deles coletivamente) *sem por isso transformar de modo revolucionário as relações de produção*. Nessas condições – e seja qual for a forma de propriedade – a sociedade permanece uma sociedade de classes, pois a produção é sempre dirigida por uma instância outra que não



os próprios produtores. As relações de propriedade, por outras palavras, não refletem necessariamente as relações de produção. Podem servir para mascará-las e, de fato, desempenham frequentemente esse papel³.

Muitos são os que perfilham estas concepções. Mas o que até agora nunca se tentou, no entanto, foi aplicar esse quadro conceptual global à história da Revolução Russa. Aqui, temos que nos limitar a enunciar as grandes linhas dessa abordagem⁴. Vista deste ângulo, a Revolução russa representa uma tentativa, infrutífera, da classe operária russa, para destruir relações de produção que se tornavam cada vez mais opressivas. O enorme levante de 1917 pôde destruir a supremacia política da burguesia (destruindo a base econômica na qual ela assentava: a apropriação privada dos meios de produção). Modificou o sistema existente das relações de propriedade. Mas não conseguiu (a despeito de esforços heroicos nesse sentido) transformar as relações de produção autoritárias que caracterizam todas as sociedades de classes. Certas frações da classe operária (as mais ativas no movimento de comitês de fábrica) tentaram decerto inclinar a revolução nessa direção. Mas a sua tentativa gorou-se. É importante analisar as causas dessa derrota e ver de que modo novos senhores substituíram os antigos.

Quais eram as forças que se ergueram contra aquelas que buscavam uma transformação total das condições de vida na produção? Houve primeiramente, é claro,

³ Para uma discussão mais completa desse conceito – e de todas as suas implicações, ver: “*As relações de produção na Rússia*” de P. Chaulieu [C. Castoriadis] no número 02 da revista *Socialisme ou Barbarie* (Maio-Junho de 1949). Republicado em C. Castoriadis, *La Société Bureaucratique*, 1, Les rapports de production en Russie, Paris, U.E.G., “10/18”, 1973, p. 206-281 [Edição portuguesa: CASTORIADIS, Cornelius. *A Sociedade Burocrática*. Vol. 1: As relações de produção na Rússia. Porto: Afrontamento, 1979 – Nota RMA]. Se bem que a ideia possa surpreender muitos “marxistas”, ela tinha sido já expressa por Engels: Numa carta a Schmidt de 27 de outubro de 1890, escrevia ele: “Num Estado moderno, é preciso não apenas que o direito corresponda à situação econômica geral e seja sua expressão, mas ainda que ele possua a sua coerência interna e não traga em si mesmo a sua condenação devido às suas contradições internas. E o preço dessa criação é que a fidelidade do reflexo das relações econômicas se desvaneca cada vez mais (...). O reflexo das relações econômicas sob forma de princípios jurídicos tem necessariamente também por resultado colocar as coisas de cabeça para baixo (...)”. (MARX-ENGELS, *Letres sur “Le Capital”*. Editions Sociales, p. 369-370).

⁴ Que essa análise é possível é o que perece mostrar-nos uma curta, mas excelente brochura de J. Barrot, “*Notas para uma análise da revolução Russa*”.



a burguesia. A burguesia tinha *tudo* a perder nessa subversão social total. Se a gestão operária levava a melhor, ela perderia, não apenas *a propriedade* dos meios de produção, mas também a possibilidade de conservar *posições privilegiadas*, quer na qualidade de “especialistas”, quer em postos de direção. Não é de espantar que a burguesia se tenha sentido aliviada quando se apercebeu de que os dirigentes da revolução “não iriam mais longe do que a nacionalização” e que faziam questão de manter intatas as relações dirigentes-executantes na indústria e alhures. É verdade que uma parte importante da burguesia lutou desesperadamente para reconquistar a sua propriedade perdida. A Guerra Civil foi sangrenta e demorada. Mas milhares de pessoas que, pela sua cultura e tradições, estavam mais ou menos ligadas à burguesia expropriada, encontraram a oportunidade de penetrar na “fortaleza revolucionária” – pela porta dos fundos – e de retomar a sua função de dirigentes do processo do trabalho do “Estado Operário”. Agarraram avidamente essa oportunidade inesperada. Em peso, aderiram ao Partido, ou decidiram cooperar com ele, aplaudindo cinicamente cada frase de Lenin ou Trotsky sobre a “disciplina do trabalho” ou sobre a “direção por um único homem”. Em breve, foram nomeados em grande número (pela cúpula) para os postos dirigentes da economia. Fundindo-se muito rapidamente com a nova “elite” político-administrativa, de que o próprio Partido formava o núcleo, os setores mais “esclarecidos” e mais competentes tecnicamente da classe exploradora retomaram rapidamente posições dominantes nas relações de produção.

Em segundo lugar, o Movimento dos Comitês de Fábricas tinha que defrontar as tendências abertamente hostis da “esquerda”, como os mencheviques. Os mencheviques repetiam incansavelmente que a Revolução tinha que ser democrático-burguesa, e que, portanto as tentativas de gestão da produção pelos trabalhadores não poderiam ter futuro. Todos esses esforços foram denunciados como “anarquistas” e “utópicos”. Em certos lugares, os mencheviques foram efetivamente um sério obstáculo para o Movimento dos Comitês de Fábricas; mas a oposição deles era antecipada, e foi



uma oposição de princípio e permanente. Em terceiro lugar, a atitude dos bolcheviques – a qual foi muito mais ambígua e desconcertante: entre Março e Outubro, os bolcheviques apoiaram o desenvolvimento dos Comitês de Fábricas, mas foi para se voltarem violentamente contra eles nas últimas semanas de 1917, tentando integrá-los em novas estruturas sindicais, o que era o melhor meio de castrá-los. Esse processo devia desempenhar um papel importante, impedindo a luta crescente contra as relações de produção capitalistas de alcançar o seu objetivo. De fato, os bolcheviques canalizaram as energias libertadas entre Março e Outubro para um ataque bem sucedido contra o poder político da burguesia (e contra as relações de propriedade nas quais estava baseado). A esse nível, a revolução foi “vitoriosa”. Mas os bolcheviques foram também “vitoriosos” ao restaurar “a lei e a ordem” na indústria – lei e ordem que reconsolidavam as relações autoritárias de produção, que durante um breve período tinham sido seriamente abaladas.

Por que razão agiu o Partido desse modo? Para responder a essa pergunta, ser-nos-ia necessário fazer uma análise muito mais completa do Partido bolchevique e das suas relações com a classe operária do que a que nos é possível fazer aqui. Uma vez mais, seria necessário que nos afastássemos simultaneamente da mitologia (“O grande Partido bolchevique”; “a arma forjada por Lenin”; “a ponta de lança da Revolução”) e da antimitologia (o Partido como encarnação do “totalitarismo”, do “militarismo”, da “burocracia”, etc.), e procurar constantemente compreender em vez de delirar ou de fulminar. A um nível superficial, a ideologia e a prática do Partido estavam estreitamente ligadas às circunstâncias históricas específicas da Rússia czarista, na primeira década deste século. A clandestinidade e a perseguição explicam parcialmente (se bem que a não justifiquem) a estrutura organizativa do Partido e a sua concepção das relações com a classe⁵. O que é mais difícil de compreender é a ingenuidade dos

⁵ Que surgem de modo explícito na teoria (*Que fazer?* e *Um passo a frente dois passos atrás, de Lenin*) e na prática do bolchevismo, de 1901 a 1917. (Edições brasileiras: LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo:



dirigentes bolcheviques, que pareciam não se aperceberem das consequências que devia ter fatalmente esse tipo de organização e esse tipo de relações com a classe na história ulterior do Partido.

Um porta-voz da ortodoxia bolchevique tão importante como Trotsky podia escrever a respeito dos primeiros momentos da história do Partido: “já se tinham formado rotinas de aparelho na ilegalidade. Desenhava-se um tipo de jovem burocrata. As condições da conspiração limitavam estreitamente, é verdade, as formas da democracia (eleições, controle, mandatos), mas não se pode negar que os membros dos comitês tinham feito recuar, mais do que o necessário, os limites da democracia interior e se tinham mostrado mais rigorosos para com os operários revolucionários do que para com eles próprios, preferindo dar ordens mesmo quando teria sido aconselhável escutar as massas.” Krupskaja observa que nos comitês bolcheviques, tal como nos congressos, quase não havia operários. Os intelectuais predominavam. “O membro do comitê, escreve Krupskaja, era habitualmente um homem cheio de certezas... Regra geral, o ‘comitard’* não admitia nenhuma democracia no interior do Partido... Além disso, o ‘comitard’ não admitia as inovações... Ele não sabia e não queria adaptar-se a circunstâncias rapidamente mutáveis”⁶.

Começaram-se a sentir as consequências disso quando dos acontecimentos de 1905. Em numerosos lugares constituíram-se sovietes. “O comitê bolchevique de Petersburgo começou por se espantar com a inovação da representação das massas em luta independentemente dos Partidos e a melhor coisa que me ocorreu foi dirigir um

Hucitec, 1978; LÊNIN, W. *Um Passo Adiante, Dois Passos atrás*. Rio de Janeiro: Vitória, 1946 – Nota RMA).

* Membro do Comitê Central do Partido Bolchevique [Nota RMA].

⁶ L. Trotsky. *Stalin*, Grasset, pp 82-88. Trata-se do Terceiro Congresso do Partido (25 de abril - 10 de maio de 1905). [Edição brasileira: TROTSKY, Leon. *Stálin, o Militante Anônimo*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Ched, 1980 – Nota RMA]. (Ver a esse respeito a análise de Claude Lefort “A contradição de Trotsky e o problema revolucionário”, *Les temps Modernes*, 39, Dez./1948-Jan./1949, republicado em *Éléments d’une critique de la bureaucratie*, Genebra, Droz, 1971, pp 11-29).



ultimato ao soviete: adotar imediatamente o programa socialdemocrata ou dissolver-se. O soviete de Petersburgo e com ele os operários bolcheviques que incluía, passaram adiante sem pestanejar”⁷. Broué, um dos mais hábeis defensores do bolchevismo, vê-se obrigado a escrever que “aqueles que no Partido bolchevique eram mais favoráveis aos sovietes viam unicamente neles, e no melhor dos casos, auxiliares do Partido (...) Só tardiamente compreenderam a função que poderiam desempenhar, o interesse que representavam para aumentar neles a sua influência e neles lutar pela direção das massas”⁸. O problema resume-se com perfeição neste incidente. Os quadros bolcheviques consideravam-se como dirigentes da revolução: qualquer movimento não lançado por eles ou exterior ao seu controle parecia-lhes sistematicamente suspeito⁹. Disse-se frequentemente que os bolcheviques se “surpreenderam” com a criação de sovietes: esse eufemismo não deve enganar-nos. A reação dos bolcheviques foi muito mais do que uma simples “surpresa”. Refletia toda uma concepção da luta revolucionária, toda uma concepção das relações entre trabalhadores e revolucionários; e a ação das massas russas, desde 1905, tinha mostrado que essas concepções estavam já ultrapassadas.

A separação entre os bolcheviques e as massas viria a surgir em várias ocasiões em 1917. Isso foi antes de mais evidente durante a revolução de fevereiro, depois na época das “*Teses de Abril*”, e uma vez mais na época dos Dias de Julho¹⁰. Em várias ocasiões se admitiu que o Partido cometeu “erros” em 1905 e em 1917. Mas essa

⁷ L. Trotsky, *ibid.*, p.95.

⁸ P. Broué, *Le parti bolchévique*. Editions de Minuit, Paris, 1963, p. 35 [Edição brasileira: BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique – Dos primeiros tempos à Revolução de 1917*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2005 – Nota RMA].

⁹ A mesma atitude encontrar-se-ia no próprio interior do Partido. Como aconteceu a Trotsky escrever, desta vez aprovando: “os estatutos deviam exprimir a ‘desconfiança organizada da direção’, uma desconfiança que se manifestava por um controle vigilante da cúpula sobre o partido.” (I. Deutscher. *Le Prophète Armé*, [1954], tr. fr. Julliard, Paris 1962 p. 115) [Edição brasileira: DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 – Nota RMA].

¹⁰ Não, não dizemos que a derrubada militar do governo provisório era possível em julho. Observamos apenas que o partido estava longe de compreender o que queriam realmente as massas.

Marxismo



Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014

“explicação” nada explica. O que deveria perguntar-se era: como foram possíveis esses “erros”? E só é possível responder a essa interrogação se se compreende o *tipo de trabalho* realizado pelos quadros do Partido, desde a sua criação até à época da Revolução. Resultado das condições particulares da luta contra o czarismo e das suas próprias concepções organizativas, os dirigentes do Partido (do Comitê Central aos responsáveis dos grupos locais) encontravam-se numa situação que apenas lhes permitia laços muito pouco estreitos com o movimento operário real. “Um verdadeiro agitador, escrevia Lenin, que demonstre algum talento, ou que pelo menos promete vir a tê-lo, não deve trabalhar na fábrica, consideramos que ele deve viver sustentado pelo Partido... e passar para a clandestinidade”¹¹. Não espanta nessas condições que os poucos quadros bolcheviques de origem operária tenham perdido rapidamente qualquer contato real com a sua classe.

O partido bolchevique estava dilacerado por uma contradição que permite compreender melhor a sua atitude antes e depois de 1917¹². A sua verdadeira força residia nos trabalhadores avançados que o apoiavam. É inegável que esse apoio foi por vezes numericamente importante e sincero. Mas esses trabalhadores não controlavam o Partido: os revolucionários profissionais detinham firmemente a direção nas mãos. Em certo sentido, era inevitável. A fabricação de uma imprensa clandestina e a difusão da propaganda só podiam ser asseguradas com regularidade por militantes constantemente em movimento e por vezes obrigados a refugiar-se no estrangeiro. Um trabalhador só podia tornar-se dirigente bolchevique com a condição de deixar de trabalhar e de se colocar à disposição do Partido, que podia então enviá-lo em missão especial para qualquer cidade. O aparelho do partido estava nas mãos de especialistas da revolução. A contradição era esta: as forças vivas, reais, das quais provinha a força do Partido, não podiam controlá-lo. Na qualidade de instituição, o Partido escapava totalmente ao

¹¹ Lenin, *Sochineniya*, IV, 441.

¹² [ver novamente C. Lefort, *ibid.*].



controle da classe operária russa. Os problemas que teve de defrontar a Revolução Russa após 1917 não resolveram essa contradição, mas exacerbaram-na ainda mais. A atitude do Partido em 1917, e depois, é produto da sua história. Foi isso que tornou vãs as tentativas, no interior do Partido, das diversas oposições de 1918-1921. Elas não compreenderam que uma premissa ideológica determinada (o postulado da hegemonia do Partido) implicava necessariamente determinadas conclusões na prática. Mas é provável que este gênero de análise não vá suficientemente longe. A um nível mais profundo, a própria concepção desse tipo de organização e esse tipo de relação com o movimento de massas reflete a influência não reconhecida da ideologia burguesa, naqueles mesmos que procuravam tenazmente destruir a sociedade burguesa. A concepção que garante que a sociedade tem obrigatoriamente que estar dividida em “dirigentes” e “executantes”*, a ideia segundo a qual certas pessoas nasceram para dominar e outras não podem realmente desenvolver-se para além de um certo limite, foi, desde tempos imemoriais, o postulado tácito de qualquer classe dominante. Que os próprios bolcheviques a tenham ao fim e ao cabo aceito mostra mais uma vez a que ponto Marx tinha razão ao declarar que “as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante”. Face a uma organização tão “eficaz”, tão sólida, assentada em ideias desse gênero, não surpreende que os Comitês de Fábrica nascidos em 1917 não tenham sido capazes de levar a Revolução até o fim.

O último obstáculo que tiveram que defrontar os Comitês era inerente ao próprio movimento dos Comitês. Se bem que determinados indivíduos tenham dado provas de uma extraordinária lucidez, e se bem que o movimento tenha representado a mais alta manifestação da luta de classes em 1917, o movimento no seu conjunto não conseguiu compreender o que lhe acontecia, nem oferecer uma resistência séria. Não conseguiu generalizar a sua experiência, e o testemunho que dela deixou é infelizmente

* [Essa é justamente o ideograma fundamental da classe burocrática, que Maurice Brinton desconhece por não reconhecer a existência dessa classe e atribuir isso à mentalidade burguesa, o que está correto, mas que não percebe a autonomia relativa e interesses da burocracia partidária – Nota RMA].



muito fragmentário. Incapaz de formular publicamente os seus próprios objetivos (a autogestão) em termos claros e positivos, era inevitável que outros tirassem partido desse vazio. Com uma burguesia em plena desintegração e uma classe operária insuficientemente forte e consciente para impor as suas próprias soluções aos problemas que dividiam a sociedade, o triunfo, tanto do bolchevismo como da burocracia, estava garantido.

A análise da Revolução russa mostra bem que, se a classe operária permite a um grupo específico, separado dos próprios trabalhadores, tomar em mãos a gestão da produção, ela perde também todas as possibilidades de controlar ela própria os meios de produção. O resultado da separação do trabalho produtivo e dos meios de produção é uma sociedade de exploração. E quando os simples trabalhadores já não têm influência em instituições como os Sovietes, de nada serve chamar a esse regime “soviético”. Esforço algum de imaginação pode fazê-lo considerar reflexo dos interesses da classe operária. A questão fundamental: *quem gere a produção após o derrube da burguesia? deveria, pois tornar-se de agora em diante o centro de qualquer discussão séria sobre o socialismo.* Hoje, a velha equação (liquidação da burguesia = Estado operário) popularizada por inúmeros leninistas, stalinistas e trotskistas, é totalmente insuficiente.

Em 1917, os trabalhadores criaram órgãos (Comitês de Fábrica e Sovietes) que deviam garantir a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Mas os Sovietes passaram para as mãos dos funcionários bolcheviques. Um aparelho de Estado, separado das massas, reconstituiu-se rapidamente. Os trabalhadores russos não conseguiram criar novas instituições que lhes permitissem gerir tanto a produção como a vida social. Essa tarefa foi, por conseguinte assumida por outros, por um grupo para quem essa gestão se tornou função específica. A burocracia organizava o processo do trabalho num país no qual ela era igualmente senhora das instituições políticas.

Tudo isto exige uma séria reavaliação de várias noções fundamentais. O “poder dos trabalhadores” não pode ser identificado ou assimilado ao poder do Partido, coisa



que constantemente fizeram os bolcheviques. Como dizia Rosa Luxemburgo, o poder operário será obra da classe operária e não de uma minoria que atue em nome da classe. Deve ser a emanção do empenhamento ativo dos trabalhadores, permanecer sob sua influência direta, estar submetido ao controle do conjunto da população, ser consequência da consciência política crescente do povo. Igualmente, a noção de “tomada do poder” não pode designar – como acontece claramente com todos aqueles que pensam ainda viver na Petrogrado de 1917 – um *putsch* semimilitar, fomentado por uma minoria. Também não pode representar unicamente a defesa – mesmo sendo esta evidentemente necessária – das posições ganhas pela classe operária contra as tentativas da burguesia para reconquistá-las. O que a “tomada do poder” implica realmente é que a grande maioria da classe operária compreenda finalmente com clareza a sua capacidade de gestão da produção e da sociedade – e se organize com essa finalidade.